

A

Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Departamento de Compras e Contratos

Diretoria Administrativa e Financeira

PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

REF.: EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025

TOWDAH COMUNICACAO EIRELI ME CNPJ/MF Nº 22.937.749/0001-00, sediada a AV DOUTOR PLINIO CASADO 58 SALA 307 - CENTRO, DUQUE DE CAXIAS - RJ 25020-010, neste ato representada por sua representante legal, a Sra. Leila de Mello Ferreira Machado, inscrito no CPF sob o nº 078.531.097-50, portador da cédula de identidade nº 10.731.238-1 – DETRAN RJ, conforme Contrato Social já constante do processo licitatório, vem, respeitosamente, na forma do Edital de Pregão Eletrônico nº 012/2025, da Lei nº 14.133/2021, e demais regulamentações que regem o referido pregão, apresentar suas CONTRARRAZÕES ADMINISTRATIVAS pelas razões de fato e de direito adiante expostas:

**DA TEMPESTIVIDADE:**

Inicialmente, cabe destacar que nos termos do § 4º do art. 165 da Lei 14.133/2021, que o prazo para apresentação de contrarrazões é de 3 (três) dias a contar do término do prazo recursal, o que ocorreu em 23/10/2025.

Portanto, tempestiva a presente peça de contrarrazão protocolada na presente data (27/10/2025).

Aproveitamos a oportunidade para parabenizar ao Sr. Pregoeiro e a sua equipe de apoio pela acertada decisão de habilitar e declarar a Recorrida vencedora deste Certame (aceita/habilitada) nos itens constantes em ATA de Pregão realizado. Esta Recorrida possui total clareza e lisura que está tudo certo conforme legislação, edital e as normas técnicas brasileiras vigentes.

[www.towdahcomunicacao.com.br](http://www.towdahcomunicacao.com.br)  
[contato@towdahcomunicacao.com.br](mailto:contato@towdahcomunicacao.com.br)  
21 2771-7922 / 3653-2999

TOWDAH COMUNICAÇÃO EIRELI ME  
CNPJ 22.937.749/0001-00 Insc. Municipal 99118094  
Av. Dr. Plínio Casado, 58 / 307 - Centro  
Duque de Caxias - RJ | 25.020-010

## DOS FATOS:

No dia agendado, o Pregoeiro abriu a sessão pública, atendendo às disposições editalícias, e divulgou as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes.

Após a fase de lances, a empresa Mateus C Dias Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ sob o n. 21.267.756/0001-71, restou classificada em 1º lugar, e respeitada à ordem de classificação, foi convocada-para apresentar, a proposta de preço ajustada ao lance final e em ato contínuo analisada a documentação de habilitação de todos os licitantes, anexados junto com a proposta inicial.

Ocorre que após a análise de documentos habilitatórios, não houve nenhuma empresa qualificada para habilitar-se, o que levou a equipe de pregão a abrir diligência solicitando documentos complementares, para comprovação de atendimento ao instrumento convocatório.

Dentre as empresas convocadas, apenas a Mateus C Dias Comunicação Ltda e Towdah Comunicação Eireli Ltda. Atenderam as solicitações e apresentaram os documentos da diligência.

Entretanto, os documentos apresentados pela Mateus C dias Comunicação Ltda., não atendem o que solicitado em instrumento convocatório. O edital em seu item 5.1, exige a documentação de habilitação antes da abertura da sessão pública. No caso em tela, diante do fato de não haver nenhuma empresa tendo cumprido o que exige o item 5.1, em respeito ao princípio do formalismo moderado e economicidade, o pregoeiro achou por bem abrir diligencia para cumprimento das exigências necessárias à habilitação, desde que os documentos fossem emitidos em data anterior à data do pregão, ato este, cumprido em sua totalidade pela Recorrida.

Embora a Recorrente Mateus C Dias Comunicação Ltda. Tenha apresentado o registro no SINAPRO RJ, este foi emitido posterior à data da sessão pública, não sendo aceita como documentação válida. E no caso da qualificação econômico-financeira não restou comprovada a qualificação da empresa, pois não há balanço patrimonial de acordo com a legislação vigente.

No caso da empresa Fera Marketing, esta não apresentou registro no SINAPRO RJ e sim do SINAPRO ES, e no momento da diligência não se manifestou a respeito.

Após finalizada a habilitação e diligências, a empresa achou por bem questionar sua inabilitação mediante recurso. Mas, o edital em seu item 9.12.3 e 9.12.3.1 é claro em exigir:

[www.towdahcomunicacao.com.br](http://www.towdahcomunicacao.com.br)  
[contato@towdahcomunicacao.com.br](mailto:contato@towdahcomunicacao.com.br)  
21 2771-7922 / 3653-2999

TOWDAH COMUNICAÇÃO EIRELI ME  
CNPJ 22.937.749/0001-00 Insc. Municipal 99118094  
Av. Dr. Plínio Casado, 58 / 307 - Centro  
Duque de Caxias - RJ | 25.020-010

**9.12.3.** Será exigida a apresentação de comprovante de inscrição da licitante em entidade representativa da atividade publicitária, vigente na data da entrega da proposta, conforme o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, dentre as seguintes:

**9.12.3.1.** Sindicato das Agências de Propaganda – SINAPRO/RJ.

Se a empresa não concordava com tal exigência deveria ter se manifestado através de impugnação, momento oportuno para tal. A partir do momento em que a licitante cadastra sua proposta no sistema, ela está concordando com todas as exigências editalícias, inclusive assinala em campo próprio do sistema que cumpre os requisitos de habilitação, o que, ao ver desta Recorrida, caracteriza declaração falsa.

O julgamento das propostas inicialmente mais bem colocadas foi assertivo e transparente. Esta douta Comissão de Licitação, através do Ilmo Sr. Pregoeiro, após verificação e análise minuciosa da Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, bem como devidas diligências da empresa ora Recorrida julgou declarar de forma idônea e coerente ACEITA/HABILITADA deste certame. Com isso, a Recorrida apresentou o MELHOR PREÇO nos itens supracitados para esta douta Administração além de cumprir todas as exigências do edital.

As Recorrentes vem trazendo diversos argumentos infundados em seu recurso para tentar cercear o processo de contratação desta Douta Administração.

A empresa Recorrida, vencedora final do certame pretende demonstrar de forma cabal que detém as condições totais de aceitação e habilitação, rigorosamente conforme o Edital de Pregão Eletrônico nº 12/2025. Outrossim, ficará comprovado que a empresa concorrente, através da propositura de seu recurso administrativo, apresentou argumentos falaciosos com o intuito de prejudicar a empresa vencedora, e no intuito de fazer valer apenas seus interesses comerciais, tumultuando, assim, este certame e procrastinando o início dos serviços.

#### DA ACUSAÇÃO INFUNDADA DE NÃO CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES EDITALÍCIAS

Esta Recorrida desconhece a formação dos gestores da empresa Mateus C Dias Comunicação Ltda. E Fera marketing, se é que possuem, mas está nítido o desconhecimento de princípios básicos da Administração Pública, bem como das leis que norteiam os processos licitatórios. A Recorrente tenta convencer o Ilustre Sr. Pregoeiro que essa Recorrida foi beneficiada sendo habilitada sem cumprir as regras do edital, que é soberano,

[www.towdahcomunicacao.com.br](http://www.towdahcomunicacao.com.br)  
[contato@towdahcomunicacao.com.br](mailto:contato@towdahcomunicacao.com.br)  
21 2771-7922 / 3653-2999

TOWDAH COMUNICAÇÃO EIRELI ME  
CNPJ 22.937.749/0001-00 Insc. Municipal 99118094  
Av. Dr. Plínio Casado, 58 / 307 - Centro  
Duque de Caxias - RJ | 25.020-010

além de lançar dúvida sobre a conduta do agente de contratação e sua equipe no cumprimento de sua função.

Como comprovado, esta Recorrida possui uma grande variedade de serviços e possui total capacidade técnica para prestar os serviços, objeto do Pregão Eletrônico 12/2025.

A Recorrente visa unicamente tumultuar o processo de contratação por esta Doute Administração.

É lastimável esta Recorrida ter que elaborar a presente peça de bloqueio diante de argumentos tão infundados e falaciosos, com objetivo somente de cercear a contratação dos serviços mais vantajosos à administração pública.

#### DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – DAS ALEGAÇÕES INFUNDADAS DA RECORRENTE

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Alega a Recorrente que a Recorrida não apresentou todos os documentos necessários à qualificação técnica, em “suposta” violação do edital. Todavia, as alegações não merecem prosperar, visto estarem contidas no próprio Edital e ilustrado acima, comprovando que todos os princípios do processo licitatório foram resguardados e respeitados, sendo omitido pela Recorrente.

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as regras previstas no edital, de forma que não há nenhuma irregularidade. Com isso, resta claro que a decisão da Ima Sra. Pregoeira ao classificar a Recorrente é compreensível, motivada e objetiva, além de ser mais vantajosa à administração pública.

Obviamente a Recorrente está insatisfeita com a derrota, procurando erros que não existem, e insinuações injustificáveis, com um único intuito, desclassificar a empresa vencedora, só para fazer valer os seus interesses comerciais e pessoais.

A Recorrente visa apenas deturpar os fatos afetando diretamente o processo de contratação por parte desta Administração, tornando-o moroso e impreciso. Vale

[www.towdahcomunicacao.com.br](http://www.towdahcomunicacao.com.br)  
[contato@towdahcomunicacao.com.br](mailto:contato@towdahcomunicacao.com.br)  
21 2771-7922 / 3653-2999

TOWDAH COMUNICAÇÃO EIRELI ME  
CNPJ 22.937.749/0001-00 Insc. Municipal 99118094  
Av. Dr. Plínio Casado, 58 / 307 - Centro  
Duque de Caxias - RJ | 25.020-010

frisar que a prefeitura municipal de São José do Vale do Rio Preto atendeu a todos os princípios constitucionais, no tocante a legalidade, igualdade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e aos que são correlatos.

**DO PEDIDO CONTRA À HABILITAÇÃO DESTA EMPRESA ORA RECORRIDA**

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, a Comissão Julgadora não pode criar novos critérios de julgamento sem observância ao disposto no edital.

No presente caso, esta empresa ora Recorrida atendeu perfeitamente as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação regular e completa.

É evidente que a Vencedora possui a capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, financeira e técnica requeridas. Conclusão assertiva executada pelo próprio Ilmo Sr. Pregoeiro e sua Equipe de Apoio.

Ressalta-se Ilmo Sr. Pregoeiro, que independente do que a concorrente tenha ousado escrever, não houve nenhum erro, ilegalidade ou negligência neste certame, exceto da parte da concorrente, em negligenciar da paciência dispendida por todos. V.S.as. tomaram a decisão justa, correta, mais acertada, além de menos onerosa à administração pública, cumprindo o devido processo administrativo e o devido processo legal.

Obviamente que tudo foi cumprido e devidamente vinculado ao Edital, que é a diretriz desse e de todo certame, nada há que se reclamar a este respeito. Reiteramos que a Recorrida apresentou o MELHOR PREÇO dentre as empresas qualificadas para prestação do serviço, todos os documentos exigidos foram enviados, planilha atualizada, tudo dentro do prazo, tornando-se o PREÇO MAIS VANTAJOSO para esta Administração.

Ou seja, todos os documentos apresentados são perfeitamente hábeis para comprovar as exigências fixadas pelo edital, de forma que atende os objetivos traçados pela Administração Pública.

A manutenção da habilitação desta empresa ora Recorrida se trata de clara observância à Legalidade.

Portanto, considerando que a empresa atende perfeitamente a qualificação técnica e dispõe habilitação jurídica conforme os objetivos lançados no edital, requer o recebimento da presente contrarrazão com a manutenção da sua HABILITAÇÃO.

#### DOS PEDIDOS

ISTO POSTO, diante da tempestividade destas razões, requer seja julgada totalmente IMPROCEDENTE o referido recurso, para fins de MANTER A DECISÃO DA HABILITAÇÃO DA RECORRIDA.

Assim, pelas razões até aqui expostas, deve ser mantido o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO N° 12/2025, e, conseqüentemente, mantida a Empresa TOWDAH COMUNICAÇÃO EIRELI LTDA., como HABILITADA/VENCEDORA deste certame, pois conforme menciona a própria justificativa constante da Ata de Realização do Pregão Eletrônico, a Documentação do licitante relativa à habilitação encontra-se de acordo com as exigências contidas no Edital.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2025.

---

Towdah Comunicação Eireli Ltda.

[www.towdahcomunicacao.com.br](http://www.towdahcomunicacao.com.br)  
[contato@towdahcomunicacao.com.br](mailto:contato@towdahcomunicacao.com.br)  
21 2771-7922 / 3653-2999

TOWDAH COMUNICAÇÃO EIRELI ME  
CNPJ 22.937.749/0001-00 Insc. Municipal 99118094  
Av. Dr. Plínio Casado, 58 / 307 - Centro  
Duque de Caxias - RJ | 25.020-010